



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria de Assuntos Legislativos

Esplanada dos Ministérios, Ed. Sede, bloco T, 4º andar, sala 434

(61) 2025 3376 / 3114 – E-mail: sal@mj.gov.br

– EDITAL SAL/MJ Nº 5, DE 4 DE ABRIL DE 2016 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Projeto Pensando o Direito BRA/07/004 seleciona (1) consultor na área Comunicação Audiovisual.

Contrato de Pessoa Física – Modalidade Produto Nacional

1. Função no Projeto

Desenvolvimento de plano de comunicação da produção de conteúdo digital e produção audiovisual para o Projeto Pensando o Direito (BRA/07/004).

2. Antecedentes

O Projeto BRA/07/004 tem por objetivo qualificar o trabalho jurídico desenvolvido pela Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL/MJ) por meio de pesquisas acadêmicas realizadas em universidades, organizações e centros de pesquisa do país (agências implementadoras). Como resultado de suas atividades, já foram concluídas mais de 50 pesquisas sobre variados temas jurídicos, as quais demandam a ampliação de sua divulgação e a ampliação dos debates a elas relativos. Algumas destas pesquisas geraram, como resultado, não apenas relatórios de pesquisa, mas também bancos de dados e sistemas de informação, publicados de forma dispersa na internet e no site do Ministério da Justiça. Faz-se necessária, portanto, a atualização e integração de tais sistemas.

Também com o objetivo de promover a democratização na elaboração normativa e de qualificar os trabalhos da Secretaria de Assuntos Legislativos, têm sido realizados, desde 2009, debates abertos sobre propostas normativas, implementados por meio de plataformas web 2.0. Tais debates já abordaram temas como um Marco Civil para a Internet, a Proteção de Dados Pessoais, a regulamentação da Classificação Indicativa, o Código de Processo Civil, o Código Comercial e o Sistema Federal de Ouvidorias. Os debates abertos foram implementados em diferentes sites e plataformas, demandando, neste momento, sua integração com os demais conteúdos referentes às atividades da Secretaria de Assuntos Legislativos, notadamente com o Projeto Pensando o Direito.

Para tal finalidade, foi desenvolvido o Projeto do Portal Pensando o Direito, que pretende disponibilizar na internet o material gerado nas pesquisas, agregando entidades e pessoas e colaborando na construção do conhecimento em rede sobre o assunto, formando uma rede de participação social e construção colaborativa. Para o desenvolvimento destas ações, já foram

contratadas e realizadas consultorias específicas, relativas ao desenvolvimento de especificações para portal de publicações em padrão web 2.0, ao design de interfaces para referido portal e à acessibilidade de seu conteúdo. Para sua efetiva instalação e implementação, bem como para a efetividade de seu alcance, faz-se ainda necessário o desenvolvimento de novas funcionalidades, sobretudo voltadas à maior interação entre os participantes, bem como para maior alcance dos textos das publicações.

A experiência na contratação de consultores para auxiliar a produção de conteúdo audiovisual para divulgação de conteúdo produzido pela SAL/MJ mostrou-se bastante profícua, pois ao incorporar as sugestões, o Projeto Pensando o Direito teve um aumento expressivo do alcance dos conteúdos relacionados às pesquisas e aos debates públicos. Agora, faz-se necessário aprofundar os estudos de linguagem e formatos que fizemos até agora como forma de dar continuidade a essa experiência tão exitosa.

Para o desenvolvimento dessas atividades, é necessária a assessoria técnica de um consultor, com o objetivo de identificar melhores práticas para a produção de conteúdo audiovisual destinado a divulgação do processo legislativo e auxiliar no seu emprego pela Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça. O suporte metodológico aportado por tal consultoria permitirá a construção de subsídios para a atuação de servidores da Secretaria, sempre em articulação com os órgãos competentes no âmbito do Ministério da Justiça.

3. Objetivos da Consultoria

A consultoria a ser realizada atende aos seguintes objetivos:

- Propor estratégias de comunicação para divulgação dos assuntos tratados pelo Projeto Pensando o Direito e pela Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; e
- Apontar diretrizes para o desenvolvimento de campanhas digitais e de material audiovisual para a divulgação das pesquisas do projeto Pensando o Direito.

4. Descrição das Atividades

a) Desenvolver plano de comunicação e indicar técnicas para elaboração de campanhas digitais e audiovisuais visando divulgar as novas pesquisas e publicações do Projeto Pensando o Direito.
b) Sistematizar e analisar conteúdo audiovisual do portal do Projeto Pensando o Direito e demais canais de comunicação, como youtube e redes sociais e apontar sugestões de boas práticas.
c) Sugerir boas práticas para gravações de eventos, entrevistas e edição não linear.
d) Indicar diretrizes para o desenvolvimento de conteúdo de materiais videográficos dos assuntos tratados pelo Projeto Pensando o Direito e pela Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e sugerir boas práticas.
e) Elaborar relatório analítico de postagens nas redes sociais, com dados sobre o número de compartilhamentos ou de pessoas atingidas pelo material de comunicação dos assuntos tratados pelo Projeto Pensando o Direito e pela Secretaria de Assuntos Legislativos.

5. Qualificações profissionais

5.1. Qualificações obrigatórias

- Ensino superior completo, com formação na área de comunicação social, desenho industrial, design gráfico ou áreas correlatas.
- Pelo menos 5 anos de experiência profissional na área de captação e edição não linear de vídeos, áudios e fotografias.

5.2. Qualificações classificatórias

- Experiência em edição não linear e finalização de vídeos
- Experiência em desenvolvimento de peças para campanhas digitais.
- Experiência nas áreas de participação online, redes sociais, e-participação, webcidadania ou Governo 2.0.
- Experiência em realização de vídeos de animação 2D
- Experiência em captação de vídeos com DSLR
- Experiência com Ferramentas Open Source

6. Processo seletivo e pontuação por qualificação

Para participar o candidato deve preencher o formulário de inscrição (<https://goo.gl/1Q8qyR>), **até o dia 17 de abril de 2016**, seguindo os critérios estabelecidos na íntegra do Edital normativo do Processo Seletivo Simplificado, disponível no portal do Projeto Pensando o Direito (<http://pensando.mj.gov.br/>).

6.1 - 1ª Fase - análise de currículo:

Etapa 1: Atendimento das qualificações obrigatórias definidas no item 5.1, de caráter eliminatório. Caso o candidato não preencha as qualificações obrigatórias, será eliminado do certame.

Etapa 2: Pontuação segundo os seguintes critérios. Caráter classificatório.

Item	Critério	Pontuação máxima atribuída por item
Experiência em edição não linear e finalização de vídeos.	0,5 pontos por projeto comprovado	3
Experiência em desenvolvimento de peças para campanhas digitais.	0,5 ponto por projeto comprovado	3
Experiência nas áreas de participação online, redes sociais, e-participação, webcidadania ou Governo 2.0.	0,25 ponto para cada projeto comprovado	2
Experiência em realização de vídeos de animação 2D.	0,5 ponto por projeto comprovado	2,5
Experiência em captação de vídeos com DSLR.	0,5 ponto por projeto comprovado	2,5
Experiência com Ferramentas Open Source.	0,5 ponto por projeto comprovado	2
Pontuação máxima na Etapa 2		15

6.2 - 2ª Fase – Exposição presencial ou por videoconferência:

Os candidatos que apresentarem a maior pontuação global na Etapa 2, num mínimo de três candidatos, deverão comprovar seu currículo por meio de documentos ou projetos online. Os que apresentarem documentos que validem a sua pontuação serão convocados para apresentar uma exposição presencial ou por videoconferência (de até 30 minutos) sobre “Participação social em políticas públicas por meio de ferramentas digitais”, a ser avaliada (0 a 15 pontos) conforme critérios de domínio na abordagem do conteúdo e profundidade (7 pontos), sequência lógica e coerência (4 pontos) e clareza na comunicação e habilidades para formulação de respostas (4 pontos). A banca de avaliação da exposição será composta por três membros. Para habilitação o candidato deve atingir no mínimo cinquenta por cento (50%) do total de pontos de cada critério de avaliação da exposição presencial ou por videoconferência.

6.3 Do resultado final

O candidato a ser selecionado será aquele que apresentar a maior pontuação decorrente da soma dos resultados obtidos na primeira e segunda fase do processo seletivo. Em caso de empate, serão considerados os seguintes critérios de desempate: (i) disponibilidade para início imediato do trabalho; (ii) maior nota em experiência comprovada nas áreas de participação online, redes sociais, e-participação, webcidadania ou Governo 2.0.

7. Insumos

Acesso ao material do Projeto e diárias e passagens para realização de atividades do Projeto, caso seja necessário.

8. Nome do Supervisor

Maria Eduarda Ribeiro Cintra

9. Cargo do Supervisor

Coordenadora do Projeto / Chefe de Gabinete (SAL/MJ)

10. Localidade do Trabalho

Brasília – DF

11. Vigência do contrato

Abril a outubro de 2016

12. Valor do Contrato

Até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

13. Cronograma de Produtos

Produtos	Data prevista de entrega	Percentual (%)	Valor (R\$)
1. Desenvolvimento de plano de comunicação com indicação de técnicas para elaboração de campanhas	30/05/2016	25%	15.000,00

digitais e audiovisuais visando divulgar as novas pesquisas e publicações do Projeto Pensando o Direito			
2. Sistematização e análise de conteúdo audiovisual do portal do projeto Pensando o Direito e demais canais de comunicação, como youtube e redes sociais e sugestões de boas práticas.	11/07/2016	15%	9.000,00
3. Sugestões de boas práticas para gravações de eventos, entrevistas e edição não linear.	15/08/2016	25%	15.000,00
4. Diretrizes para o desenvolvimento de conteúdo de materiais videográficos dos assuntos tratados pelo projeto Pensando o Direito e pela Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e sugestões de boas práticas.	19/09/2016	20%	12.000,00
5. Relatório analítico de postagens nas redes sociais, com dados sobre o número de compartilhamentos ou de pessoas atingidas pelo material de comunicação dos assuntos tratados pelo projeto pensando o Direito e pela Secretaria de Assuntos Legislativos.	21/10/2016	15%	9.000,00
TOTAL		100%	R\$ 60.000,00

Informações gerais:

- O consultor selecionado deverá comprovar todos os requisitos obrigatórios exigidos e os requisitos classificatórios nos quais foi atribuída pontuação. Durante o processo de contratação, o candidato selecionado será submetido à comprovação das informações declaradas no formulário de inscrição. As experiências profissionais deverão ser comprovadas mediante apresentação de documentação que explicita o tempo e as atividades desenvolvidas: diploma, contrato de trabalho, declaração do empregador, certificado, portfólio e demais comprovantes.
- De acordo com o Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004, no âmbito dos acordos de cooperação técnica internacional, é vedada a contratação de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias e controladas.
- Durante a vigência da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2016) - Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, é permitida a contratação de servidores públicos que se encontrem em licença sem remuneração para tratar de interesse particular.
- Em conformidade com a Portaria MRE nº 717, de 9 de dezembro de 2006, é vedada a contratação de consultor que já esteja cumprindo contrato de consultoria por produto vinculado à projeto de cooperação técnica internacional. A contratação está condicionada ao cumprimento dos seguintes interstícios:
 - i) Noventa dias para contratação no mesmo projeto;
 - ii) Quarenta e cinco dias para contratação em projetos diferentes, executados pelo mesmo órgão ou entidade executora; e
 - iii) Trinta dias para contratação para projetos executados em diferentes órgãos ou entidades executoras.

- É permitida a contratação de bolsista de Instituição Federal (CAPES e CNPq), desde que observado o estabelecido na Portaria Conjunta nº 1, de 15 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 16 de julho de 2010.
- Regime Jurídico: a execução dos trabalhos previstos não implica em qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica conforme prevê o § 9º do art. 4º do Decreto nº 5.151, de 2004.
- O pagamento de produtos dar-se-á, obrigatoriamente, durante a vigência do contrato. Os serviços serão remunerados em moeda nacional corrente, mediante a apresentação dos produtos intermediários e final previstos contratualmente, e uma vez aprovados pelo Supervisor. De acordo com as especificações do Termo de Referência contratual.
- A coordenação do Projeto reserva-se o direito de não autorizar o pagamento se, no ato do atesto pelo Supervisor, os serviços prestados estiverem em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas pelo Consultor.
- Os pagamentos recebidos pelo consultor são passíveis de tributação, de acordo com a legislação brasileira vigente. É responsabilidade do contratado efetuar os devidos recolhimentos.
- A utilização dos produtos para fins diferentes do objeto deste instrumento e sua reprodução total ou parcial dependerá de autorização prévia e expressa da SAL/MJ, mesmo depois de encerrado o contrato. Os direitos autorais previstos neste item não afastam as incidências da Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
- Dúvidas deverão ser direcionadas para o e-mail pensandoodireito@mj.gov.br.

GABRIEL DE CARVALHO SAMPAIO
Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça
Diretor Nacional de Projeto